



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO**ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO N. __/2021 – TERMO DE REFERÊNCIA**

(Processo Administrativo n. 0001449-13.2021.4.01.8012)

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO CFTV DA SJRO**1. DA INTRODUÇÃO**

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/1993, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002 e no artigo 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013, elaborou-se o presente termo de referência, para que, através do procedimento pertinente, seja formalizado Registro de Preços, com vistas a eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e infraestrutura para modernização do sistema de monitoramento do Circuito Fechado de TV - CFTV da sede da SJRO, na sede da Seção Judiciária de Rondônia, em Porto Velho/RO.

2. DO OBJETO

2.1. Fornecimento e instalação de equipamentos e infraestrutura para modernização do sistema de monitoramento do Circuito Fechado de TV - CFTV da sede da SJRO, sendo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	unidade	QUANT. TOTAL	QUANT. MÍNIMA A CONTRATAR IMEDIATO (2021)	QUANT. SEM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO
ÚNICO	01	Projeto Executivo	und	1	1	0
	02	Eletrocalha galvanizada, 150x100mm, inclusive conexões, suportes, emendas, e demais acessórios necessários - Fornecimento e instalação	m	517	0	517
	03	Eletroduto rígido roscável PVC 3/4" (25mm), com todos itens de montagem, conexões, caixas de passagem - Fornecimento e Instalação	m	600	0	600
	04	Cabeamento lógico (cabo de par trançado UTP, 4 pares, categoria 6, com todos os conectores necessários (RJ45) e acessórios - Fornecimento e Instalação	m	6.500	0	6.500
	05	Câmera IP VIP Full HD 1080p Alcance de 30 metros, referência 3230 B G3, intelbras ou SIMILAR - Fornecimento e Instalação	und	2	2	0
	06	Câmera IP Bullet VIP referência 1220 B G3 - Intelbras ou SIMILAR - Fornecimento e Instalação	und	9	9	0
	07	Switch Gerenciável referência Sg 2404 Poe 24 Portas Giga + 4 Mini-gbic - Fornecimento e Instalação	und	2	2	0
	08	Power Balun 16 Canais 4K com Alimentação referência VB 3016 WP Intelbras - Fornecimento e Instalação	und	5	5	0
	09	Rack 19", altura 44U, para instalação de equipamentos CFTV	und	1	1	0

10	Chaveador Kvm 8 Portas Usb referência Trendnet Tk-803r S/cabos Rack 19	und	1	1	0
11	Storage NAS para 8 Discos de 10TB - Referência Qnap TS-832PXU-RP c/ 8hd de 10TB	und	1	1	0
12	Path Panel 24 portas, CAT6	und	5	5	0
13	Organizador Horizontal para Cabos	und	11	11	0
14	Cabo de manobra ou patch cord cor azul, inclusive conectores RJ45 e acessórios de instalação	und	82	82	0

2.2. Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e infraestrutura para modernização do sistema de monitoramento do Circuito Fechado de TV - CFTV, inclusive a montagem, comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais, o treinamento e suporte técnico, manutenções preventivas e corretivas pelo prazo de 3 anos, nos termos, condições, especificações e quantitativos constantes deste Termo de Referência.

2.3. Todos os itens deste termo de referência deverão guardar similaridade e compatibilidade com o sistema de câmeras, storage, DVR, etc., existentes na SJRO.

2.4. A modernização do sistema de monitoramento CFTV da SJRO será realizada através de nova infraestrutura de cabeamentos de rede, instalados em eletrocalhas e eletrodutos, novas câmeras, Switch gerenciável, conectores power balun, rack, chaveador e storage para armazenamento de 8hd de 10TB, conforme descrições detalhados neste termo de referência

2.5. O lote único consiste no fornecimento e instalação da infraestrutura necessária para passagem do cabeamento das novas câmeras e das câmeras existentes no sistema de CFTV da SJRO. Para passagem desses cabeamentos deverá ser executada infraestrutura de eletrocalhas e eletrodutos, de forma que em nenhuma hipótese os cabeamentos de rede fiquem expostos e vulneráveis.

Projeto Executivo

2.6. O item 01 refere-se à elaboração do projeto executivo para definição real do percurso de cabeamento, instalação das câmeras, equipamentos, dimensionamentos e demais especificações necessárias para o pleno funcionamento de todos os equipamentos e infraestrutura adquirida por este termo de referência em perfeita compatibilidade com os sistemas, equipamentos e infraestrutura existente.

2.6.1. O atuais DVR's que compõem o CFTV da SJRO, são do modelo INTELBRAS MHDX 1016, portanto, todo o projeto executivo e equipamentos a serem fornecidos deverão ser compatíveis com o DVR, bem como as demais instalações existentes. Caso tenha dúvidas do funcionamento atual a empresa poderá realizar vistoria in loco, nos termos do capítulo 9 deste termo.

2.6.2. O projeto executivo deverá compreender todas as novas instalações e as instalações existentes, deixando-as em harmonia com as normas técnicas, indicando inclusive serviços de melhoria que não estejam incluídos neste termo de referência, para posterior adequação.

Infraestrutura

2.7. O item 02 referente às eletrocalhas, deverão ser do tipo galvanizada, medidas de 150x100mm (base x altura), dentro das normas NBR aplicáveis. O preço unitário deverá englobar todos os serviços, insumos e acessórios necessários para instalação das eletrocalhas no entre-forro da SJRO, inclusive conexões, emendas, suportes, tirantes, fixadores e demais acessórios, bem como demolições, quebras e rasgos necessários em alvenarias para passagem entre ambientes.

2.8. O item 03 refere-se aos eletrodutos que serão do tipo rígido roscável de PVC de 1" (25mm), dentro das normas NBR aplicáveis. O preço unitário deverá englobar todos os serviços, insumos e acessórios necessários, inclusive caixas de passagem, conexões, emendas, curvas, suportes, tirantes, fixadores, etc., para instalação dos eletrodutos desde a ramificação das eletrocalhas até o ponto final das câmeras, assegurando a integridade dos cabeamentos.

2.8.1. Deverão ser empregadas caixas de passagens nos eletrodutos em todos os pontos de emenda, derivações e instalações.

2.8.2. Adotar toda a infraestrutura com taxa de ocupação máxima de 60%.

2.9. Os croquis 13840804, 13840808 e 13840811, representam os locais das câmeras existentes e das câmeras a instalar. A partir desse ponto deverão ser traçados os caminhos que as eletrocalhas e os eletrodutos deverão percorrer. Pequenos desvios verticais ou horizontais podem ser necessários para desviar de outros sistemas existentes no entre-forro (tubulações de água, esgoto, instalações elétricas, ar condicionados, etc.).

2.10. O item 04 traz os cabeamentos de rede que serão do tipo UTP par trançado 4 pares, categoria 6, inclusive todos os conectores, encaixes, acessórios para interligação dos cabeamentos em todas as câmeras, novas e existentes, e na central de monitoramento. Todos os cabeamentos devem ser individualmente identificados, através de etiquetas adesivas auto-lamináveis indelévels adequadas, na sua origem e no destino.

2.10.1. Os cabos UTP (Unshielded Twisted Pair), 24 AWG x 4 pares, composto por condutores de cobre sólido, isolamento em poliolefina ou polietileno especial e capa externa em PVC não propagante a chama e Categoria 6 devem ser listados como CM, CMR ou CMP. Nenhum cabo pode ser listado como CMX.

2.10.2. Todo o novo cabeamento instalado deverá receber certificação PENTA SCANNER, de acordo com a norma ANSI/TIA/EIA-568-B. Os testes deverão ser realizados segundo o modelo de Enlace Permanente (Permanent Link) e com todas as características técnicas que permitam a análise gráfica dos resultados, com no mínimo as seguintes informações para cada ponto/ câmera:

- a. Continuidade (Wiremap)
- b. Comprimento (Length)
- c. Perda de Inserção ou Atenuação (Insertion Loss ou Attenuation)
- d. Perda por Paradiáfonia medida par-a-par (NEXT)
- e. Perda por Paradiáfonia medida entre todos os pares (Power Sum NEXT)
- f. Perda por Telediafonia no Extremo Remoto medida par-a-par (ELFEXT)
- g. Perda por Telediafonia no Extremo Remoto medida entre todos os pares (PSELFEXT)
- h. Perda de Retorno (Return Loss)
- i. ACR (Attenuation to Crosstalk Ratio)
- j. PSACR (PowerSum ACR)
- k. Atraso de Propagação de sinal em cada par (Propagation Delay)
- l. Diferencial de Atraso entre todos os pares (Delay Skew)

2.10.3. Ademais, o sistema de cabeamento estruturado deverá possuir certificado de performance elétrica (VERIFIED) pela UL ou ETL, conforme especificações da norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 CATEGORIA 6 e ISO/IEC 11801 bem como certificado para flamabilidade (UL LISTED ou ETL LISTED) CMR;

2.10.4. O cabo utilizado deverá possuir certificação Anatel impressas na capa.

2.10.5. O produto deve cumprir com os requisitos quanto a taxa máxima de compostos que não agridam ao meio ambiente conforme a norma RoHS.

2.10.6. Possuir certificação de canal para 6 conexões por laboratório de 3a . Parte ETL ou UL.

2.10.7. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, e sistema de rastreabilidade que permita identificar a data de fabricação dos cabos e a marcação sequencial em metros (m) ou em pés (ft).

2.10.8. Ser composto por condutores de cobre sólido; capa externa em PVC não propagante à chama, com possibilidade de fornecimento nas cores azul, amarelo, preto, verde, branco, bege, marrom, laranja, vermelha ou cinza;

2.10.9. Deve atender ao código de cores especificado abaixo:

- a. par 1: azul-branco, com uma faixa azul (stripe) no condutor branco;
- b. par 2: laranja-branco, com uma faixa laranja (stripe) no condutor branco;
- c. par 3: verde-branco, com uma faixa verde (stripe) no condutor branco;
- d. par 4: marrom-branco, com uma faixa marrom (stripe) no condutor branco.

2.10.10. Exceder as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6;

2.10.11. Impedância característica de 100(Ohms);

2.10.12. Deverá ser apresentado através de catálogos, testes das principais características elétricas em transmissões de altas velocidades (valores típicos) de ATENUAÇÃO (dB/100m), NEXT (dB), PSNEXT(dB), RL(dB), ACR(dB), para frequências de 100, 200, 350 e 550Mhz; O fabricante preferencialmente deverá possuir Certificado ISO 9001 e ISO 14001.

2.10.13. Deve ser apresentado o documento comprobatório emitido pelos laboratórios Underwriters Laboratories Inc. – UL® , atestando que o cabo UTP utilizado é listado como CM, CMP ou CMR, e que o mesmo foi verificado para a Categoria 6, de acordo com as especificações mínimas das normas aplicáveis.

2.10.14. Para instalação dos cabeamentos deverão ser observadas as normas NBR 14565 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelas seguintes normas da Associação Industrial de Telecomunicações (TIA) e Associação de Indústrias Eletrônicas (EIA): TIA/EIA 568-B, TIA/EIA 569 e TIA/EIA 606.

2.10.15. Em cada câmera, no novo cabeamento deverá ser instalado conectores RJ45 macho, para cabo CAT6 que atende FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética); Contatos adequados para conectorização de condutores sólidos; Conector deve possuir 3 partes, facilitando o processo de montagem e melhorando o desempenho elétrico; Em 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel.

2.10.16. O cabo UTP originário da câmera deverá ser conectorizado a parte traseira do path panel. Da tomada frontal (porta) do path panel será conectado um cabo path cord, passando pelo organizador horizontal de cabo próximo ao path panel e a outra ponta será encaminhada a um organizador de cabo próximo ao switch ou power balun, e após, conectado a uma porta ativa do equipamento. O path panel, o organizador de cabos e o cabo de manobra (ou patch cord cor azul) deverão possuir as características mínimas indicadas nos itens 2.18, 2.19 e 2.20 respectivamente.

2.11. A infraestrutura de entrada deve oferecer espaço suficiente para a terminação dos cabos de entrada e de backbone interno das edificações, bem como, prover acomodação para eventuais dispositivos de interface de rede e/ou a instalação de equipamentos de telecomunicações.

Câmeras

2.12. Os itens 05 e 06 consiste no fornecimento e instalação das câmeras que serão acrescentadas ao sistema de CFTV existente da SJRO. O preço unitário deve englobar inclusive os suportes de fixação das câmeras, sendo postes, braços de alavanca, parafusos e buchas para fixação em paredes, dentre outros que sejam necessários.

2.12.1. As câmeras deverão ser do tipo IP, com leitura automática de placas (LPR), com características mínimas:

2.12.1.1. Item 05: Câmera IP VIP Full HD 1080p Alcance de 30 metros, referência 3230 B G3, intelbras ou SIMILAR - Fornecimento e Instalação.

- a. Resolução real: Full HD (1080p), Analógico (600TVL)
- b. Lente mínima 2.8mm
- c. Alcance IR 30 metros com IR inteligente
- d. Sensor de imagem: 1/2.7" 2 megapixels
- e. Velocidade do obturador mínima: 1/30s~1/100.000s
- f. Sensibilidade mínima: 0,05 lux/F2.0, 0 lux IR on
- g. Relação sinal-ruído > 65dB;
- h. Ângulo de visão mínimo: Horizontal 112°, vertical 60°
- i. Alimentação 12 Vdc
- j. Nas características complementares mínimas: deve possuir controle automático de ganho (AGC), compensação de luz de fundo, ser ajustável em todos os seguintes quesitos: High light compensation (HLC), Wide dynamic range (WDR), Balanço de branco, Modo de imagem, Ajuste de imagem, Redução digital de ruído (DNR), Day & Night; possuir íris eletrônica, sincronismo interno e poder ser instalada em áreas internas e externas
- k. Grau de proteção mínima IP66 e material/case em bullet/metal, com proteção contra surtos e ondas magnéticas.
- l. Conexões Conector RJ-45, Ethernet (8P8C) e Conector P4 fêmea.
- m. Opção de acesso de múltiplos usuários: mínimo 3
- n. Protocolos e serviços suportados: TCP, UDP, IPv4, DHCP, DNS, DDNS, RTSP, HTTP, Filtro IP, SMTP, TLS, FTP, NTP, Onvif

2.12.1.2. Item 06: Câmera IP Bullet VIP referência 1220 B G3 - Intelbras ou SIMILAR - Fornecimento e Instalação

- a. Resolução real: Full HD (1080p)
- b. Lente mínima 3.6mm
- c. Alcance IR 20 metros com IR inteligente
- d. Sensor de imagem: 1/3" 2 megapixels
- e. Velocidade do obturador mínima: 1/60s~1/10.000s
- f. Sensibilidade mínima: 0,1 lux/F2.0, 0 lux IR on
- g. Relação sinal-ruído >50dB;
- h. Ângulo de visão mínimo: Horizontal 89°, vertical 47°
- i. Alimentação 12 Vdc
- j. Grau de proteção mínima IP66 e material/case em bullet/metal, com proteção contra surtos e ondas magnéticas.
- k. Conexões Conector RJ-45, Ethernet (8P8C) e Conector P4 fêmea.
- l. Opção de acesso de múltiplos usuários: mínimo 3
- m. Protocolos e serviços suportados: TCP, UDP, IPv4, DHCP, DNS, DDNS, RTSP, HTTP, Filtro IP, SMTP, TLS, FTP, NTP, Onvif

Equipamentos

2.13. O item 07 faz referência ao Switch Gerenciável referência Sg 2404 Poe 24 Portas Giga + 4 Mini-gbic com fornecimento e instalação.

2.13.1. Os aspectos físicos/ arquitetura do switch deve permitir a instalação em gabinete (rack) de 19", fazendo compatibilidade com o item 09. Além disso, deve possuir LED's de identificação de atividades de status do sistema, de cada porta, fan (ventilação) e de alimentação e fonte de alimentação de 110/220 V, 60 Hz, com chaveamento automático.

2.13.2. Quanto à conectividade, o switch deve possuir portas Ethernet/Fast Ethernet/Gigabit Ethernet 10/100/1000 Base T autosense, com conectores RJ-45, segundo os padrões IEEE 802.3af e IEEE 802.3u, na quantidade de 24 portas e, no mínimo, 24 (vinte e quatro) 10/100/1000Base-T, mais 4 (quatro) portas SFP Gigabit Ethernet 1000Base-SX, para inserção de módulos do tipo Mini-GBIC, suportando os padrões IEEE 802.3ab e 802.3z

2.13.3. Quanto ao desempenho, deve possuir:

2.13.3.1. Capacidade de switching fabric de, no mínimo, 17 (dezessete) Gbps, Capacidade de processamento de, no mínimo, 13 (treze) Mpps; Funcionalidades e Capacidade de armazenamento de, no mínimo, 8.000 (oito mil) endereços MAC.

2.13.3.2. Capacidade para implementar as seguintes funcionalidades/padrões;

- a. Padrão IEEE 802.3x (Flow Control);
- b. Padrão IEEE 802.1d (Spanning Tree);
- c. Padrão IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree);
- d. Padrão IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree);
- e. Padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation), suportando até 8 portas por grupo e um mínimo de 6 grupos por pilha, inclusive entre portas de diferentes unidades de uma pilha;
- f. LACP; Padrão IEEE 802.1p (Cos);
- g. VLANs segundo o padrão IEEE 802.1Q;
- h. IGMPv2 snooping; DHCP snooping ou funcionalidade similar que permita o bloqueio de servidores DHCP não autorizados na rede;
- i. Espelhamento (Port Mirroring) do tráfego de entrada e saída de múltiplas portas do switch em uma única porta inclusive entre portas de diferentes unidades de uma pilha;
- j. Supressão de broadcast;
- k. Encaminhamento de Jumbo Frames (frames de 9018 bytes) nas portas Gigabit Ethernet.

2.13.3.3. Permitir a configuração de, no mínimo, 512 (quinhentas e doze) VLANs ativas.

2.13.3.4. No quesito qualidade de serviço deve:

- a. Possuir limitação de tráfego de entrada e saída (rate limiting), com possibilidade de limitação e granularidade de 64 kbps;
- b. Classificação de pacotes baseada em informações de camada 2, 3 e 4 do modelo OSI, para no mínimo: Endereço MAC de origem e destino, endereço IP de origem e destino, número de porta TCP ou UDP de origem e destino, valor do campo COS (802.1p) e valor do campo TOS (com precedência IP e DSCP)
- c. Permitir métodos de priorização de tráfego (QoS) por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP baseados em camada 2 (802.1p) e camada 3 (precedência IP e DSCP)
- d. Permitir a configuração de, no mínimo, 4 (quatro) filas de prioridade por porta
- e. Implementar os seguintes algoritmos de fila: Strict Priority e Round Robin com distribuição de pesos

2.13.3.5. Na segurança:

- a. Limitação de endereços MAC por porta. Os endereços MAC podem ser aprendidos automaticamente ou configurados manualmente;
- b. Listas de controle de acesso (ACLs), ou funcionalidade similar, baseadas em endereços MAC de origem e destino, endereços IP de origem e destino, portas TCP e UDP
- c. Disponibilizar, no mínimo, dois níveis de senha de acesso, sendo uma com restrição total à configuração do equipamento e a comandos que alterem seu funcionamento, e outra, sem qualquer restrição
- d. Possuir suporte a autenticação TACACS+, para acesso a console do equipamento e, Telnet. (RFC 1492), SSH v1/v2 e Web (HTTP/HTTPS).
- e. Implementar 802.1X Port-Based Network Access Control (port authentication), com configuração dinâmica da VLAN do usuário autenticado
- f. Caso o microcomputador a ser conectado não possua cliente IEEE 802.1x, o switch o posicionara em uma VLAN default
- g. Suportar múltiplas Imagens de firmware e de arquivo de configuração
- h. Permitir o download e o upload de configurações
- i. Implementar autenticação centralizada em um servidor de dispositivos baseado no endereço MAC

2.13.3.6. O gerenciamento e configuração deve:

- a. Gerenciamento da pilha de switches através de um único endereço IP
- b. Possuir porta de console, tipo RS-232 ou RJ-45, acompanhada do cabo específico
- c. Implementar os seguintes protocolos e funcionalidades de gerenciamento
- d. Permitir, no mínimo, 4 grupos de RMON, sem a utilização de probes externas; 35. Suportar as MIBs I e II
- e. Atender todos os critérios das normas vigentes
- f. Switch com 24 (vinte e quatro) portas Gigabit Ethernet empilhável em Rack 19 polegadas com todos os materiais. Este switch deverá ser instalado na sala da SERSIN, indicado em projeto, com seus cabos organizados e patch cords conectados nas respectivas portas entre Patch Panel e Switch

2.14. O item 08 se refere à fonte de alimentação chaveada bivolt com balun. Power Balun 16 Canais 4K com Alimentação

referência VB 3016 WP Intelbras - Fornecimento e Instalação

- 2.14.1. Cada Power Balun deve possuir capacidade de 16 canais com resolução 4K.
- 2.14.2. Possuir capacidade de conduzir alimentação e sinal de vídeo para câmeras distantes até 300 metros através de cabo UTP CAT6.
- 2.14.3. Deve ser compatível com câmeras IP e câmeras analógicas, Multi HD, HDCVI, HDTVI e AHD, tanto em 720p quanto Full HD 1080p3.
- 2.14.4. Possibilidade de ser instalado em gabinete padrão para rede estruturada rack 19"
- 2.14.5. Deve possuir proteção contra surtos de tensão e filtro contra surtos e ruídos.
- 2.14.6. Deve vir acompanhado de 16 cabos Cabo BNC macho 0,60 m e 16 cabos power balun sem alimentação (referência VB 1001 MC-macho);
- 2.14.7. Deve vir acompanhado de cabo de força (alimentação);
- 2.14.8. Deve vir acompanhado de cantoneiras para fixação em rack de 19";

2.15. O item 09 se refere ao Rack 19", altura 40U (aproximadamente 1,80m), para instalação de equipamentos CFTV e deve possuir no mínimo as seguintes características

- a. Altura 44U;
- b. Largura 60mm;
- c. Profundidade 670mm;
- d. Rack servidor padrão 19";
- e. Estrutura básica composta de bases inferior e superior de aço soldadas com flanges laterais para cabos e colunas verticais em chapa de aço eletrozincada de 1.5mm;
- f. Deverá ser resistente e protegido contra corrosão, para as condições especificadas de uso em ambientes internos (TIA-569);
- g. Pintura epóxi pó texturizada de alta durabilidade;
- h. Teto com exaustão forçada, contendo 2 ventiladores bi volts com grelha de proteção;
- i. Equipado com 2 calhas com 6 tomadas, cada, para alimentação dos equipamentos
- j. Deverá ser fornecidos para o gabinete, um kit de parafusos (com as respectivas porcas "gaiola), de acordo com a quantidade de furos do gabinete;
- k. Porta frontal, armação em aço 0,75 mm de espessura, com visor em acrílico fume, com fechadura padrão e chave com laterais removíveis e fecho rápido;
- l. 4 Perfis verticais 19" e longarinas de montagem em chapa de aço eletrozincada 1.5mm;
- m. Apoio sobre o solo: Estacionário, com pés niveladores;
- n. Deverá possuir disjuntor de proteção de 16A por régua, permitindo o completo desligamento do mesmo;
- o. Deverá possuir no mínimo 8 (uma) bandeja para sustentação de equipamentos;
- p. Área para a identificação do painel (à esquerda ou direita);
- q. Conformidade com os padrões de rede local: IEEE 802.3/802.3u/803.2ab, IEEE 802.12, ATM FORUM UNI 3.1/4.0 e ANSI X3T9. 5/X3T9.3;
- r. Testado eletronicamente, após a fabricação, em todos os parâmetros da ANSI/TIA-568-A/B;
- s. Deverá possuir certificações: Anatel, UL, ETL Verified, ETL 4 Conexões F/UTP e ETL 6 conexões F/UTP;

2.16. O item 10 se refere ao Chaveador Kvm 8 Portas Usb, referência Trendnet Tk-803r S/cabos Rack 19.

- 2.16.1. O chaveador é um dispositivo de hardware que permite ao usuário controlar vários computadores usando somente um teclado, monitor e mouse.
- 2.16.2. Deverá possuir 8 portas com conexões VGA e HDMI para computadores e a porta console deverá suportar tanto conexão USB como PS/28 x VGA HDB 15-pin fêmea.
- 2.16.3. O chaveador deverá suportar, no mínimo, os sistemas operacionais Windows 8 e Linux.
- 2.16.4. Deverá possuir certificado CE e FCC.
- 2.16.5. Deverá possuir um adaptador de tensão externo 9 VDC 1A.

2.17. O item 11 se refere ao Storage NAS para 8 Discos de 10TB - Referência Qnap TS-832PXU-RP c/ 8hd de 10TB.

- 2.17.1. O storage deve ser alimentado por um processador mínimo de quad-core 1,7 Ghz, 4 Gb de RAM DDR4, expansível até 16GB e discos SATA de 6 Gb/s para obter um desempenho melhor.
- 2.17.2. Memória flash de 512 MB com proteção de SO inicialização dupla.
- 2.17.3. Deve possuir no mínimo 2 portas de rede SFP+10GbE e 2 entradas 2,5GbE.
- 2.17.4. Deve possibilitar o acesso a dados, backup/restauração e transferência de mídia de alta velocidade, além de permitir a alocação flexível de recursos de rede para aplicações e serviços individuais.
- 2.17.5. O STORAGE deve possuir, no mínimo, 8 compartimentos para discos SATA de 2,5 e 3,5 polegadas, com fonte redundante e hot swappable. Além de slot PCIe de 2ª geração que possibilite a instalação de uma placa de expansão para

adicionar uma conectividade de rede, recursos de cache SSD ou conectividade sem fio.

2.17.6. Deve possuir no mínimo 4 portas USB 3.2.

2.17.7. Deve ainda oferecer backup e sincronização de arquivos, proteção segura de snapshots e serviços de backup empresarial para contas do MICROSOFT 365 e com suporte a gateways de nuvem.

2.17.8. O storage deve possuir fonte de alimentação redundante para garantir o máximo de tempo de atividade dos serviços.

2.17.9. A capacidade mínima do storage a ser fornecido e instalado é de 80 terabytes com garantia de 36 meses.

2.17.10. Gerencia via HTTP, HTTPS, SSH

2.18. O item 12 se refere ao Path Panel 24 portas, CAT6, que deverá possuir características mínimas:

2.18.1 Categoria 6;

2.18.2. 24 posições;

2.18.3. Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 11s0 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;

2.18.4. Terminação reutilizável para, no mínimo, 750 reconexões;

2.18.5. Largura de 19" e altura de 1U ou 44,45 mm, que permite montagem em racks;

2.18.6. Possui local para identificação das portas, com a devida identificação do ponto, após a montagem;

2.18.7. Fornecido na cor preta;

2.18.8. Pintura especial anti-corrosão;

2.18.9. Compatível com ferramentas Punch Down 110IDC;

2.18.10. Compatível com plugs RJ45 e RJ1;

2.18.11. Suporte ou sistema de fixação traseira dos cabos;

2.18.12. Identificação dos pares T568-A/B na parte traseira, para a terminação dos cabos;

2.18.13. Fornecimento dos parafusos M5 x 15 e porcas "gaiola" M5

2.18.14. As conexões deverão sofrer certificação, juntamente com o path cord, conforme exigido no item 2.10.2

2.19. O item 13 se refere ao Organizador horizontal para cabos que deverá possuir características mínimas:

2.19.1. Largura compatível com padrão IEC de 19 polegadas (482,6mm);

2.19.2. Altura máxima de 1 Ua (unidade de altura) e furação para fixação de equipamentos e acessórios através de parafusos/porcas "gaiola" M5;

2.19.3. Corpo de sustentação metálico em aço SAE1010/1020, com espessura mínima na bitola 18 AWG, com acabamento em pintura epóxi ou similar;

2.19.4. Horizontal de 1U x 19" com tampa frontal removível, construído em chapa de aço resistente com pintura em epóxi de alta resistência a riscos na cor preto fosco (passivo);

2.19.5. Resistente e protegido contra corrosão, para as condições de uso em ambientes internos (TIA-569);

2.19.6. Com parte de trás vazada, possibilitando a passagem de cabos;

2.19.7. Fornecimento dos parafusos M5 x 15 e porcas "gaiola" M5

2.20. O item 14 se refere ao cabo de manobra ou patch cord que deverá possuir características mínimas:

2.20.1. Cordão de cabo UTP seguindo os padrões de sua respectiva categoria, conforme o item 4 da planilha, especificado no item 2.10;

2.20.2. Composto de fios ultra-flexíveis (fios retorcidos) com plugs RJ45 categoria 6 nas extremidades.

2.20.3. O comprimento do patch cord deverá ser de 3 metros, de acordo com as manobras necessárias para a conexão do cabo, entre path panel e switch/power balun.

2.20.4. Deverá possuir identificação nas duas pontas.

2.20.5. Deverão ser devidamente certificados, individualmente, conforme exigido no item 2.10.2

2.21. Todo o projeto e equipamentos deverão ser projetados e fabricados para operação contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com índice de disponibilidade mínimo de 99,8%.

2.22. A CONTRATADA não poderá, sob hipótese nenhuma, desligar equipamentos da rede interna de telecomunicações das unidades em atividade ou desligar a energia sem acordo prévio com a área técnica da CONTRATANTE.

2.23. Os serviços deverão ser executados, pela CONTRATADA, de maneira que minimizem ao máximo transtornos ou incômodos ao funcionamento da SJRO, onde serão executados os serviços, devendo ao final de cada etapa de trabalho a Unidade estar devidamente limpa e desimpedida para execução, na medida do possível, de suas atividades.

2.24. As instalações lógicas deverão ser realizadas seguindo os padrões definidos pelas normas acima citadas, utilizando-se dos materiais de instalação especificados e acessórios como curvas, suportes, terminações e outros, que sejam adequados, não serão aceitos componentes improvisados.

2.25. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica periódica e as manutenções preventivas e corretivas, da infraestrutura realizada e dos equipamentos instalados, por um prazo de 03 (três) anos, após o recebimento definitivo dos serviços.

2.26. A CONTRATADA deverá possuir equipamentos e ferramentas adequadas para a execução dos serviços, dentro dos padrões de qualidade exigidos neste termo de referência e pelos fabricantes dos equipamentos.

2.27. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados na sede da Seção Judiciária de Rondônia, localizada na Av. Presidente Dutra, nº 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho / Rondônia.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A modernização do sistema de monitoramento CFTV da SJRO visa atender às exigências contidas na IN 14-10 do TRF1.

3.2. Também, a medida é de extrema necessidade para permitir uma boa qualidade das imagens do CFTV, bem como a armazenamento destas pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, primando pelo aprimoramento da segurança dos bens móveis, imóveis e de pessoas que transitam diariamente pelo edifício sede da Justiça Federal em Rondônia.

3.3. Para a qualificação técnica operacional será exigida a comprovação de execução dos serviços descritos no item 10. **A quantidade mínima exigida em cada item tem como objetivo constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais visto que além da complexidade da natureza dos serviços que requerem conhecimento específico e técnico, o volume a ser executado exige da empresa uma expertise de execução técnica, logística, organização, programação e capacidade financeira dos serviços estimados.** Justifica-se, portanto, a exigência quanto a não possibilidade da soma de um atestado para comprovar os quantitativos totais exigidos em cada item como forma de garantir a similaridade entre os serviços previamente executados pela empresa com os serviços pleiteados pela Administração. Vale ressaltar ainda que os quantitativos mínimos exigidos estão percentualmente razoáveis em comparação com os quantitativos efetivos que serão realizados na obra, bem como dentro dos limites estipulados em decisões e recomendações do TCU.

3.4. O presente instrumento teve como base o Estudo Técnico Preliminar (13704017), devidamente aprovado pela SECAD (13726748) e está alinhada com o Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2021/2026 (13714124), uma vez que compreende os serviços necessários para atendimento dos macrodesafios "Fortalecimento da Segurança e Proteção Institucional" e "Aperfeiçoamento na Gestão Administrativa e da Governança Judiciária", bem como na conservação das estruturas físicas dos imóveis, para melhor prestação jurisdicional, bem como está prevista no Plano Anual de Contratação - PAAC 2021 da Seção Judiciária de Rondônia, referente ao exercício de 2021, nos termos da Portaria SJRO-DIREF 54/2021 (12738017).

4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DO TIPO DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO E CONTRATAÇÃO: DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO: O objeto do termo de referência enquadra-se na definição de aquisições/serviços comuns de engenharia, em conformidade com as orientações técnicas estabelecidas na OT-IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP, visto que se trata de instalação, montagem e operação de sistema integrado de circuito de segurança fechado de monitoramento eletrônico, razão pela qual entende-se que a contratação poderá ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, com amparo no artigo 1º da Lei 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019 e na Súmula 257 do Tribunal de Contas da União, podendo ser elaborada Ata de Registro de preços.

4.2. DO TIPO DE LICITAÇÃO: Sugere-se a que o tipo de licitação, como critério de julgamento, seja o de MENOR VALOR POR LOTE, observado os valores unitários e totais máximos discriminados no item 8.1.

4.3. DO REGIME DE EXECUÇÃO: A execução dos serviços será feita na forma INDIRETA sob regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, conforme apresentado pela licitante vencedora em sua proposta comercial.

4.3.1. Justifica-se a execução dos serviços na sua forma indireta, por ausência de recursos materiais e humanos nesta Administração para realizá-lo diretamente, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada. Ademais, quanto a definição do regime de execução, a empreitada por preço unitário é a mais indicada para este objeto, visto que mesmo a empresa elaborando o projeto executivo total da demanda, a sua execução será por itens na medida da disponibilidade orçamentária.

4.4. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.4.1. Sugerimos a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico (Lei n. 10.520/2002), para Registro de Preços, haja vista que a aquisição se enquadra nas hipóteses do art. 3º, inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

4.4.2. Justifica-se por não haver disponibilidade orçamentária imediata para a contratação total da demanda neste presente exercício, de forma que a concepção do sistema será projetado para execução em partes descritas nos itens dos lote único, sem prejuízo do sistema total, com execução imediata dos mínimos indicados em cada item em 2021, e o outro do restante, a ser executado em 2022, conforme disponibilidade orçamentária.

4.4.3. Ademais, a formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa reservar os créditos orçamentários para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

4.4.4. Importante ressaltar que não há registro de preços vigente para eventual aquisição do objeto em questão dentro das peculiaridades exigidas neste edital.

4.4.5. Os equipamentos pretendidos para registro de preços é considerado como bem comum, usualmente fabricados ou importados e comercializados pelo país.

4.5. DO REGISTRO DE “IRP”

4.5.1. Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, o NUASG-RO e SEVIT-RO manifestam-se desfavorável ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP), visto que se trata de demanda urgente a ser contratada, executada e paga ainda no exercício de 2021, devido a descentralização recente de orçamento pelo Tribunal. A abertura de IRP implicaria no atraso de pelo 30 (trinta) dias corridos, caso houvesse manifestação de interesse por parte de outros órgãos públicos.

4.6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

4.6.1. Outrossim, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

4.6.2. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme disposto no artigo 22 do Decreto n. 7.892/2013.

4.6.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro - 100% (cem por cento) - do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme disposto no artigo 22 do Decreto n. 7.892/2013.

4.6.4. Ademais, para o procedimento de adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013.

5. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

5.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação dos equipamentos/materiais e serviços a serem adquiridos/executados, serviços de manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema pelo período exigido no item 2.22, como também tributos, alíquotas, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

5.3. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão indicar o valor unitário e total de cada item e o valor total da proposta considerando os quantitativos estipulados no quadro do item 2.1.

5.3.1. Na proposta comercial os licitantes deverão indicar ainda a marca e modelo dos equipamentos ofertados para que a comissão de licitação apure se os mesmos atendem aos quesitos técnicos indicados nos itens 2.7 a 2.17.

5.3.2. Declarar explicitamente, no corpo da proposta, que a proposta engloba os custos da **manutenção preventiva e corretiva** em todos os sistemas, equipamentos, acessórios, peças e demais componentes, por um **período de 03 (três) anos** a contar do termo de recebimento definitivo de cada contrato.

5.3.3. Declarar explicitamente, no corpo da proposta, que a proposta engloba todas as quantidades necessárias de serviços, materiais, insumos, equipamentos para realização completa do objeto.

5.3.4. É de responsabilidade da CONTRATADA a correta valoração de cada etapa, considerando os reais custos de implantação de todos os insumos, equipamentos, materiais, etc. Não serão admitidos acréscimos de serviços em face de erro de proposta, valores, quantitativos.

5.4. As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nº. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços

contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária; (Exigência TCU Acórdão 2622/2013)

5.5. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar; (Exigência TCU Acórdão 2622/2013)

5.6. Sagar-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o MENOR VALOR POR LOTE, observado os valores unitários e totais máximos discriminados no item 8.1.

5.7. Deverão ser cotados todos os itens previstos no projeto e nas especificações, independentemente de constarem ou não neste termo de referência, devendo a licitante incluir na sua proposta de preços todos os materiais/serviços que julgue necessário à perfeita execução dos serviços, inclusive custos de instalações de canteiro e acampamento e de mobilização e desmobilização de serviços, não podendo reclamar ou pleitear no futuro, sob alegação de erro, lapso, esquecimento ou qualquer outro pretexto.

5.8. Os serviços deverão ser planejados, orçados e executados tendo como base as dimensões, cotas e volumes indicados nos desenhos dos projetos básicos. Os quantitativos considerados pela licitante impõem a execução total dos serviços previstos para o item, independente de divergirem do real, de forma que o licitante poderá alterar as quantidades estimadas de acordo com a peculiaridade do seu projeto.

5.9. Os valores propostos serão de exclusiva e total responsabilidade da LICITANTE, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos preços sob alegação de erro, lapso, omissão ou outro qualquer pretexto.

5.10. Nos preços ofertados na proposta deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de custos, tais como: materiais, mão-de-obra para execução dos serviços e movimentação dos mobiliários, EPI's, equipamentos, transportes, cargas, seguro, encargos sociais e trabalhistas, limpeza durante a execução dos serviços, custos e benefícios, taxas, licenças e impostos, inclusive alvarás, ligações provisórias e definitivas, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, finais de semana e feriados para cumprimento do prazo e regime de execução e quaisquer outras que ocorram, direta ou indiretamente, relacionadas com a consecução do objeto desta licitação.

5.11. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta de preços apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazo ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

5.12. Não serão consideradas para efeito de julgamento, quaisquer ofertas ou vantagens não previstas, assim como propostas que contenham redução de preços sobre a proposta de menor preço, ou indicarem como referência preços de outras licitantes, que mencionarem outras taxas, impostos, benefícios, despesas indiretas ou outros acréscimos de qualquer natureza, para serem computadas além do preço unitário e total proposto, bem como as que estabelecerem condições outras, além das previstas.

5.13. Poderá ser desclassificada a proposta:

- a. Que não atenderem aos termos deste instrumento e seus anexos ou que apresentarem preços iguais a zero ou irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, bem como aquelas que não contiverem elementos técnicos suficientes para sua apreciação;
- b. Com valor total superior ao orçado pela JUSTIÇA FEDERAL ou com preços **manifestamente inexecutáveis**, assim considerados aqueles que não venham a demonstrar a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
 - I. Serão consideradas **manifestamente inexecutáveis**, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - i. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela JUSTIÇA FEDERAL, ou
 - ii. Do valor orçado pela JUSTIÇA FEDERAL.

5.14. A proposta deverá indicar, necessariamente, o nome do(s) Responsável(is) Técnico(s) da licitante, e ainda, as comprovações técnicas conforme item 10 deste instrumento.

6. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência de cada contrato será de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado, nos termos do art. 57, da Lei n. 8666/93.

6.2. O prazo para execução dos serviços, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais e insumos, para cada contrato é de 60 (sessenta) dias corridos, conforme etapas abaixo, admitindo-se prorrogação, desde que previamente solicitada pela CONTRATADA, devendo ser motivada por caso fortuito ou força maior registrados no Diário de Obra ou por meio de documentos hábeis:

Etapas	Prazo de Execução
Elaboração de Projeto Executivo com aprovação da fiscalização	10 dias corridos
Execução dos serviços, fornecimento e instalação dos equipamentos	40 dias corridos
Testes e recebimento dos serviços	10 dias corridos

6.3. Os prazos acima descritos consideram todas as etapas de serviços, fornecimento e instalação de equipamentos necessários para o pleno funcionamento do sistema de CFTV da SJRO.

6.4. Concluídos os serviços, será realizado o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO nos termos dos itens 17 e 18 deste termo de referência;

6.5. Após o recebimento definitivo de cada contrato, inicia-se a **manutenção preditiva, preventiva e corretiva** em todos os sistemas, equipamentos, acessórios, peças e demais componentes, por um **período de 03 (três) anos**.

6.6. Em caso de atraso na execução dos serviços, por ato imputado exclusivamente a CONTRATADA, esta deverá suportar os ônus decorrentes das despesas associadas à dilação da execução dos serviços, como por exemplo, taxa de administração e controle, consumo de água e energia da obra.

6.7. O término do prazo de vigência da contratação não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação às garantias oferecidas.

7. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços deverão ser prestados no prédio sede da Seção Judiciária de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, em horário de expediente, devendo alguns serviços serem executados nos finais de semanas e feriados ou em horários noturnos, com previa solicitação da CONTRATADA e devidamente autorizado pelo gestor do contrato.

8. DO VALOR ESTIMADO DOS SERVIÇOS

8.1. O valor total máximo para fins de aceitação é de **R\$ 226.085,94 (duzentos e vinte e seis mil oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)**, observando também os valores unitários de cada item, conforme detalhamento abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	unidade	QUANT. TOTAL	Valor unitário	Valor total
ÚNICO	01	Projeto Executivo	und	1	20.000,00	20.000,00
	02	Eletrocalha galvanizada, 150x100mm, inclusive conexões, suportes, emendas, e demais acessórios necessários - Fornecimento e instalação	m	517	97,10	50.200,50
	03	Eletroduto rígido roscável PVC 3/4" (25mm), com todos itens de montagem, conexões, caixas de passagem - Fornecimento e Instalação	m	600	8,21	4.926,00
	04	Cabeamento lógico (cabo de par trancado UTP, 4 pares, categoria 6, com todos os conectores necessários (RJ45) e acessórios - Fornecimento e Instalação	m	6.500	4,35	28.275,00
	05	Câmera IP VIP Full HD 1080p Alcance de 30 metros, referência 3230 B G3, intelbras ou SIMILAR - Fornecimento e Instalação	und	2	720,06	1.440,12
	06	Câmera IP Bullet VIP referência 1220 B G3 - Intelbras ou SIMILAR - Fornecimento e Instalação	und	9	450,29	4.052,61
	07	Switch Gerenciável referência Sg 2404 Poe 24 Portas Giga + 4 Mini-gbic - Fornecimento e Instalação	und	2	5.957,69	11.915,38
	08	Power Balun 16 Canais 4K com Alimentação referência VB 3016 WP Intelbras - Fornecimento e Instalação	und	5	2.383,26	11.916,30

09	Rack 19", altura 44U, para instalação de equipamentos CFTV	und	1	3.971,64	3.971,64
10	Chaveador Kvm 8 Portas Usb referência Trendnet Tk-803r S/cabos Rack 19	und	1	2.383,26	2.383,26
11	Storage NAS para 8 Discos de 10TB - Referência Qnap TS-832PXU-RP c/ 8hd de 10TB	und	1	78.326,59	78.326,59
12	Path Panel 24 portas, CAT6	und	5	1.145,33	5.726,65
13	Organizador Horizontal para Cabos	und	11	27,33	300,63
14	Cabo de manobra ou patch cord cor azul 2 metros, inclusive conectores RJ45 e acessórios de instalação	und	82	32,33	2.651,06
TOTAL					226.085,94

8.2 O preço estimado nesta cláusula foi estipulado a partir da elaboração de planilha com base SINAPI 03-2021 e cotações online realizadas pelo setor demandante SEVIT/RO, e compreende todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto do presente termo, inclusive o BDI para serviços e equipamentos.

9. DA VISTORIA AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. As empresas interessadas poderão vistoriar o local dos serviços, acompanhadas por servidor da CONTRATANTE, e receber a DECLARAÇÃO DE VISTORIA DE SERVIÇOS EM LICITAÇÃO, de que conhecem as características que interfiram nos serviços e obra especificados e orçados, admitindo-se, consequentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

9.2. Por força da Resolução nº 114 de 20 de Abril de 2010, do CNJ, art. 18, o licitante pode substituir a vistoria por uma declaração afirmando que já conhece previamente as condições locais para a execução do objeto.

9.3. A vistoria pela empresa interessada, para efeito de cumprimento da exigência acima, deverá ser previamente marcada através do e-mail sevit.ro@trf1.jus.br, (Seção de Segurança Vigilância e Transporte), de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 18h, feita por profissional habilitado que represente a empresa, até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para abertura do certame.

9.4. A empresa licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto da Licitação.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

10.1. As empresas interessadas deverão apresentar no certame licitatório:

- a. Certidão de Registro/Regularidade de Pessoa Jurídica perante o Conselho de Classe comprovando exercer atividade semelhante ao objeto. Caso a licitante tenha sede em outro Estado, deverá possuir visto do Conselho de Classe local quando da assinatura do contrato;
- b. Comprovação de Aptidão Técnica, mediante apresentação de Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's ou Certidões de Acervo Técnico - CAT's, expedidas pelo Conselho de Classe, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), comprovando aptidão no desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste instrumento, das partes de maior relevância, sendo:
 - I. Fornecimento e instalação de cabeamentos de rede estrutura do tipo CAT.6 de no mínimo 2.000 metros lineares (aproximadamente 30% da quantidade a ser instalada na SJRO); e
 - II. Fornecimento e instalação de equipamento storage de capacidade mínima de 20TB (aproximadamente 30% da potência a ser instalada na SJRO).
 - III. Para a comprovação dos itens I desta alínea, o licitante deverá apresentar uma ART ou CAT que comprove em uma mesma edificação o fornecimento e instalação mínimo exigido, não podendo ser somadas as quantidades de mais de uma ART ou CAT.
- c. Comprovação de Vínculo do Profissional que exercerá a função de responsável técnico pelo objeto:
 - I. Sendo o profissional indicado sócio da licitante, essa condição deverá ser comprovada com a cópia do ato constitutivo da sociedade.
 - II. Não sendo sócio, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo.

- d. Declaração Específica de Aceitação do Exercício da Função de Responsável Técnico, assinada pelo(s) profissional(is), referente aos serviços do objeto deste instrumento:
- I. Contrato(s) de trabalho(s) não substituem a Declaração acima citada.
 - II. O(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(i)s técnico(s) pela futura contratação somente poderá(ão) assumir tal condição relativamente a uma licitante. Serão inabilitadas aquelas licitantes que apresentarem o mesmo profissional para exercer tal função.
- e. Comprovação de Capacidade Técnico Operacional, mediante apresentação de Atestados de Capacidade Técnico Operacional, em nome da licitante, comprovando que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente no desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste instrumento, das partes de maior relevância, sendo:
- I. Fornecimento e instalação de cabeamentos de rede estrutura do tipo CAT.6 de no mínimo 2.000 metros lineares (aproximadamente 30% da quantidade a ser instalada na SJRO); e
 - II. Fornecimento e instalação de equipamento storage de capacidade mínima de 20TB (aproximadamente 30% da potência a ser instalada na SJRO).
 - III. Para a comprovação dos itens I desta alínea, o licitante deverá apresentar uma ART ou CAT que comprove em uma mesma edificação o fornecimento e instalação mínimo exigido, não podendo ser somadas as quantidades de mais de uma ART ou CAT.
 - IV. O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado a assinatura do representante legal da emitente, devendo a assinatura do signatário, em caso de pessoa jurídica de direito privado, ser reconhecida em cartório cível, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do pregoeiro;
 - V. O atestado deverá ser apresentado conjuntamente com a ART/RRT, referente ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico Operacional.

11. DO CONTRATO E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução dos serviços deste Termo de Referência será regulada através da lavratura de Termo de Contrato, conforme art. 62 da Lei n. 8.666/93.

11.2. Como condição para assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

11.3. Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Contrato, que seguirá a ordem abaixo:

- a. Após a autorização da contratação, a empresa será convocada pela Seção de Compras e Licitações, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI de seu representante legal;
- b. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Compras e Licitações.

11.4. Se a adjudicatária recusar-se a assinar, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do Termo de Contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 05 (cinco) anos.

11.5. A execução dos serviços deverão ser realizados de acordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, no Contrato e na proposta da CONTRATADA, podendo ser recusados os serviços que estiverem em desacordo com esses instrumentos ou apresentem qualquer vício ou defeito que inviabilizem a utilização do objeto e contrariem o fim a que se destina a contratação.

11.6. O prazo de execução da obra será contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

11.7. Para início das atividades no local de execução, a CONTRATADA deverá apresentar a ART de execução do(s) responsável(is) técnico(s) pelo serviço, com o devido registro na entidade de classe do profissional.

12. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A CONTRATADA deverá dar início aos fornecimentos e serviços tão logo assine o contrato. Equipamentos, materiais, ferramentas que necessitem pedido sob encomenda deverão ser realizados na primeira semana do serviço, assegurando a chegada e instalação destes dentro o prazo contratual.

12.2. Omissões e divergências deverá prevalecer prioritariamente as exigências do fabricante e secundariamente as especificações técnicas da SJRO.

12.3. Os serviços de demolições, furações, quebras, e demais intervenções nos locais onde existam servidores trabalhando deverão ser executados preferencialmente fora do período de expediente, situação prevista com custos adicionais nas planilhas orçamentárias.

12.4. A CONTRATADA deverá fornecer equipe suficiente para executar mais de um serviço concomitantemente, de forma a cumprir o cronograma dos serviços.

12.5. Todos os sistemas deverão ser testados após a instalação. Somente após constatado funcionamento conforme exigências será liberado para medição e pagamento.

12.6. A CONTRATADA deverá submeter à FISCALIZAÇÃO as amostras dos materiais e/ou catálogos técnicos antes das aquisições. A fiscalização poderá recusar aqueles materiais divergentes das especificações técnicas.

12.7. A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO o cronograma e plano de trabalho, garantindo a execução dos serviços no prazo, chegadas de materiais e montagens dos sistemas para que a FISCALIZAÇÃO avise com antecedência os setores que forem sofrer interferências pela execução da obra.

12.8. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços previstos na planilha orçamentária e composições unitárias, inclusive elaborando Diário de Obra em plataforma digital em aplicativo indicado pela Fiscalização, nos moldes a serem indicados pela fiscalização.

12.9. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA apresentará/providenciará à CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, para juntada aos autos, a seguinte documentação, além dos demais previstos neste instrumento, custeando e taxas e emolumentos incidentes, como condição para iniciar a execução do serviço:

- a. Fixação da **placa da obra** para imediata instalação, contendo valor, número do processo administrativo, número do contrato, número do Pregão Eletrônico, objeto e demais itens legalmente exigidos;
- b. O **comprovante de vínculo contratual/empregatício** com o(s) profissional(is) que atuará(ão) como **responsável(is) técnico(s)**, caso tenha sido apresentado Termo de Compromisso durante a licitação;
- c. A **Relação de Empregados** - R.E e respectivo comprovante de vínculo contratual ou empregatício, constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função, para registro prévio junto à fiscalização do CONTRATANTE, devendo atualizar tal informação a cada alteração de pessoal;
- d. **Registro dos serviços/contrato no CREA local** e as **Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's**, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n. 6.496/77.

12.10. Caberá à CONTRATADA todo o planejamento da execução das obras e serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física especificada da obra, integrante da proposta, obrigando-se a manter atualizado o Diário de Obras por meio de plataforma digital.

- a. No Diário de Obra serão lançadas, pela CONTRATADA, todas as ocorrências da obra, tais como: equipe, serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas, etc., de modo a haver um completo registro de execução da obra.
- b. A Fiscalização do CONTRATANTE compete acessar as ocorrências registradas, registrar as observações necessárias, emitir pareceres, determinar providências, autorizar serviços, além de outros registros relativos a execução dos serviços.

12.11. Ao final da obra, deverá a CONTRATADA apresentar relatório sucinto com fotos sobre a execução da obra à Fiscalização do CONTRATANTE, que os encaminhará ao agente fiscalizador com parecer conclusivo.

12.12. Na direção geral das obras e serviços, na parte que lhe compete, deverá a CONTRATADA dispor de profissional(is) com curso superior na área de engenharia civil e registrado no CREA, devidamente habilitado, que será seu responsável, na forma da legislação vigente.

12.13. O canteiro de obras deverá ser supervisionado por mestre de obras da CONTRATADA, em período integral, responsável pelos serviços, com o objetivo de garantir o bom andamento dos trabalhos, o qual, ao notar alguma irregularidade, deverá se reportar, quando necessário, ao agente fiscalizador do contrato, tomando, ainda, as providências pertinentes que a ocasião exigir, e que substituirá o responsável técnico na sua ausência.

12.14. No local das obras e serviços deverá a CONTRATADA manter os técnicos e a mão-de-obra necessários à perfeita execução destes, por cujos encargos responderá, unilateralmente, em toda a sua plenitude.

12.15. Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da Engenharia da Justiça Federal, as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18. Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, entregando para isso o PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

12.16. A CONTRATADA responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios,

bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria n. 3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações.

12.17. A CONTRATADA fornecerá e utilizará equipamentos adequados à obra, de acordo com o objetivo da mesma. O transporte, a guarda e manutenção dos equipamentos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus.

12.18. Os equipamentos e os materiais estocados e/ou utilizados no canteiro serão considerados como garantia suplementar do cumprimento das obrigações contratuais, cabendo à Fiscalização determinar a remoção de materiais ou equipamentos inservíveis ou que estejam em desacordo com as exigências contratuais.

12.19. A CONTRATADA exonera, desde já, o CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade relativa a danos ou prejuízos que lhe sejam causados pelas empresas fornecedoras de materiais e equipamentos. As responsabilidades serão recíprocas e exclusivas das empresas contratadas.

12.20. A execução e operação das obras e serviços provisórios e definitivos, transportes de materiais e/ou equipamentos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessariamente ou indevidamente, no acesso e/ou uso das vias e bens públicos ou particulares.

12.21. Cabe à CONTRATADA, desde o início até o recebimento definitivo do serviço a ela homologada, a manutenção e segurança de todas as obras e serviços localizados no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, mesmo as que foram concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas, ressaltando-se os danos comprovadamente causados pelos ocupantes.

12.22. Cabe à CONTRATADA e correrá por sua conta, desde o início até o recebimento definitivo da obra a ela homologada, a execução dos procedimentos de fechamento de áreas internas de circulação, quando necessário, visando delimitar a área destinada a execução de obra, bem como todas as instalações provisórias necessárias, tais como luz, água, telefone, etc.

12.23. Correrá por conta da CONTRATADA ou de seu segurado, a reparação de danos causados a terceiro, em decorrência das obras e serviços, ressalvadas as despesas necessárias às desapropriações e as correspondentes a danos e perdas resultantes de atos do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

12.24. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância das obras e serviços provisórios ou definitivos, até a ocupação e recebimento definitivo das obras e serviços, pelo CONTRATANTE.

12.25. A CONTRATADA solicitará da CONTRATANTE a autorização prévia para a realização de serviços fora do horário normal de expediente da CONTRATANTE, cadastrando todo o seu pessoal, os equipamentos e as ferramentas próprias.

12.26. Todo o fornecimento dos equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução, **além de máscaras individuais, álcool gel e demais itens de proteção para prevenção contra o COVID-19,** deverão ser fornecidos pela CONTRATADA a seus funcionários em todo o período da obra.

12.27. A CONTRATADA manterá organizada, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

12.28. A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

12.29. A CONTRATADA manterá no canteiro de serviço equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.

12.30. Caberá à CONTRATADA comunicar à Fiscalização da Engenharia da Justiça Federal, e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços e obras, inclusive princípios de incêndio.

12.31. Cumprirá à CONTRATADA manter no canteiro de serviço medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução dos trabalhos, nos termos da NR 18.

12.32. Caberá à CONTRATADA manter controle da entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro de serviço.

12.33. A CONTRATANTE realizará inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho;

12.34. Após a conclusão das obras e serviços a CONTRATADA deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, o escritório de obras, os entulhos e as obras provisórias, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas livres e em condições de limpeza e de uso imediato.

12.35. Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente do CONTRATANTE.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Nos termos do que estabelece o artigo 72 da Lei n. 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação dos serviços, desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE, até o limite de 30% (trinta por cento).

13.2. A CONTRATADA submeterá à apreciação da CONTRATANTE a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado.

13.3. Para tanto deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com a Fazenda Federal e Trabalhista, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito, e da inexistência de impedimento da SUBCONTRATADA em participação de licitações, bem como apresentar comprovação de aptidão técnico operacional para a parte dos serviços subcontratados.

13.4. As faturas emitidas por eventuais SUBCONTRATADAS deverão sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE.

14. DAS RESPONSABILIDADES

14.1. As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempregadas e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

14.2. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

- a. Sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- b. Infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- c. Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- d. Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

14.3. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro na obra, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

14.4. A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

14.5. À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução das obras e serviços. Igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre o CONTRATANTE e eventuais SUBCONTRATADAS.

14.6. Constituem ainda responsabilidades da CONTRATADA sobre o serviço:

- a. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, mão de obra e demais meios necessários à execução do objeto, sem nenhum ônus adicional à CONTRATANTE, disponibilizando pessoal com qualificação técnica, sempre em estrita observância às normas de segurança interna da CONTRATANTE e aquelas estipuladas pelo Ministério do Trabalho;
- b. Executar os serviços dentro das normas de segurança, com funcionários devidamente equipados com EPI;
- c. Assumir a responsabilidade exclusiva por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação que trata sobre acidente do trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
- d. Solicitar autorização prévia para a execução do objeto fora do horário normal de expediente da CONTRATANTE, cadastrando todo o seu pessoal e reportando os equipamentos e as ferramentas particulares a serem utilizadas;
- e. Entregar o objeto em perfeito estado de uso e funcionamento, nos prazos estabelecidos;
- f. Dar garantia no material e no serviço de instalação;
- g. Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, os defeitos ou incorreções resultantes da instalação dos produtos, ou, caso as incorreções vinculem-se ao material fornecido, substituí-lo por outro de melhor qualidade, reconstituindo o serviço;
- h. Assumir, com exclusividade, a responsabilidade pelos impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive as relativas à entrega do material.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Caberá à CONTRATADA:

- a. Participar da Reunião Presencial ou por Videoconferência, na sede da Justiça Federal de Rondônia, entre o

CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e responsável técnico do contrato), para discussão/definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;

- b. Apresentar a garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo e condições estipuladas neste instrumento;
- c. Dar início aos serviços a partir da data da assinatura do contrato;
- d. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n. 6.496/77;
- e. Executar os serviços dentro do prazo contratado obedecendo, integral e rigorosamente, no que for pertinente, às respectivas normas da ABNT, da legislação pertinente, dos projetos, detalhes, normas, memoriais e especificações e demais documentos que compõem este instrumento;
- f. Manter Livro Diário de Registro atualizado e à disposição da Fiscalização a qualquer momento, conforme sistema sugerido pelo CONTRATANTE;
- g. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o equipamento/serviço /material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados;
- h. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pela CONTRATANTE e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT;
- i. Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização da CONTRATANTE;
- j. Executar os serviços durante o horário normal do expediente (das 8:00h às 18:00h) e mediante prévia solicitação da CONTRATADA, comprovada a necessidade, com autorização da CONTRATANTE, executar o serviços em horários estendidos, nos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno;
- k. Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final, respeitando as normas de destinação aplicáveis, inclusive municipais;
- l. Informar, de imediato e por escrito, toda e qualquer ocorrência que venha a comprometer a execução do objeto;
- m. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como atender as suas reclamações inerentes as execução do objeto;
- n. Responsabilizar-se pelos danos causados, direta e indiretamente à CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de culpa ou dolo, quando da entrega, transporte e instalação dos materiais, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;
- o. Incumbir-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- p. Manter seus empregados uniformizados, quando nas dependências da CONTRATANTE, sujeito às normas e orientações disciplinares desta, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício;
- q. Responsabilizar-se e responder por todos os encargos, ônus e obrigações, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, tais como: salários; seguro de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte; encargos previdenciários e obrigações sociais e trabalhistas; seguros e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- r. Durante e após a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;
- s. Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, fornecer os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução, **além de máscaras individuais, álcool gel e demais itens de proteção para prevenção contra o COVID-19;**
- t. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- u. Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação;
- v. Manter-se, durante o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da contratação;
- w. Responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, no que couber, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo, conforme disposição constante no art. 618 da Lei

n. 10.406/2002.

- x. Considerando o previsto na [Lei 8.666/93](#), art. 40, § 5º, regulamentado pela Resolução 114/2010 do CNJ, artigo 8º, parágrafo único, a empresa deverá absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Caberá à CONTRATANTE:

- a. Realizar reunião presencial ou por videoconferência, na sede da Justiça Federal de Rondônia, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e responsável técnico do contrato), para discussão/definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
- b. Fiscalizar e orientar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- c. Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pela CONTRATADA;
- d. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- e. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- f. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- g. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações;
- h. Permitir acesso dos empregados da empresa CONTRATADA, e eventuais SUBCONTRATADAS, às suas dependências para a execução dos serviços, portando obrigatoriamente os crachás funcionais da empresa;
- i. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- j. Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste instrumento;
- k. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços;
- l. Comunicar a empresa qualquer falha verificada no cumprimento do especificado neste instrumento;
- m. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas disposições deste instrumento podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;
- n. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação técnico-econômico-financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação (artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93).

17. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. A CONTRATADA deverá apresentar o Relatório de Serviços Executados (medição) conforme as etapas concluídas para a FISCALIZAÇÃO conferir, servindo o mesmo como fundamento da Nota Fiscal de cobrança, a ser emitida pela CONTRATADA.

17.2. Serão efetuadas as medições das etapas, nos prazos previsto no capítulo 6, para cada ordem de serviço, com percentuais de pagamento abaixo estipulados. O serviço se dividirá em 3 etapas:

Etapas	Porcentagem
Elaboração de projeto Executivo - medição única	100% do total item 01
Execução dos serviços, fornecimento e instalação dos equipamentos	90% do total dos itens 02 a 11
Testes e recebimento dos serviços e equipamentos	10% do total dos itens 02 a 11

- a. Na etapa de **Elaboração de projeto Executivo** a empresa deverá elaborar todo o projeto executivo, com os detalhamentos exigidos neste Termo de Referência e submeter previamente à análise da Fiscalização da SJRO que emitirá parecer sobre o projeto, solicitando, ou não, alterações e adequações. Após aprovado pela Fiscalização, este item será passível de medição.
- b. Na etapa de **Execução dos serviços, fornecimento e instalação dos equipamentos** a empresa deverá adquirir e instalar todos os equipamentos, cabos, materiais, acessórios, peças, conectores, inclusive o gerenciamento remoto e

demaís itens necessários e essenciais à ativação de todo o sistema, com prazo máximo estipulado no item 6.2. A medição desta etapa somente será efetivada no percentual acima estipulado (90%) quando todos os materiais e equipamentos estiverem devidamente instalados.

- c. Na etapa de **Testes e recebimento dos serviços e equipamentos** a empresa deverá colocar em funcionamento, testes, relatórios de ativação comissionamento, configuração de sistemas e equipamentos, ajustes de erros, caso necessário reposicionamento de câmeras, reconfiguração dos sistemas de vigilância e tudo o que for necessário para que o sistema de CFTV esteja completamente operante em todas as câmeras. Somente após o correto funcionamento do sistema como um todo, é que será dado por concluída esta etapa, permitindo sua medição final concomitantemente com a elaboração do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e medição desta etapa nos percentuais estipulados no quadro acima (10%).

17.3. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com os projetos e as modificações expressa e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.

18. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

18.1. O Recebimento Provisório do serviço de cada contrato será realizado da seguinte forma:

18.1.1. O recebimento provisório é o que se efetua em caráter experimental, relativamente à totalidade do serviço executado após a realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando, se necessário, sua adequação aos termos do contrato.

18.1.2. Cabe à CONTRATADA comunicar formalmente, por intermédio da Fiscalização, dentro do prazo contratual de execução dos serviços, a conclusão do serviço, solicitar o seu recebimento e apresentar a fatura ou nota fiscal correspondente, conforme contrato.

18.1.3. Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço, não pode ser efetuado seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento.

18.1.4. No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.

18.1.5. O recebimento dos serviços deve ser feito pelo responsável pela sua fiscalização e gestor do contrato, mediante a termo circunstanciado e assinado pelos fiscais e gestor, dentro de 10 (dez) dias corridos da comunicação escrita da CONTRATADA.

18.1.6. Após o recebimento da notificação da CONTRATADA sobre a conclusão do objeto do contrato, a fiscalização deverá vistoriar previamente o serviço e verificar se foram atendidas ou não pela CONTRATADA, todas as condições contratuais, observando que:

- a. Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a fiscalização deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório como marcação de data e comunicação a CONTRATADA;
- b. Em caso de não finalização dos serviços ou da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, a fiscalização deve impugnar o serviço, apontando as omissões, falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação.

18.1.7. A CONTRATADA deve ser notificada, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.

18.1.8. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais a fiscalização ou gestor do contrato deve:

- a. Lavrar relatório circunstanciado, apontando falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução;
- b. Solicitar à CONTRATADA, por escrito, a respectiva regularização;
- c. Devolver à CONTRATADA a fatura porventura entregue para pagamento com informações dos motivos de sua rejeição.

18.1.9. A CONTRATADA deve sanar as falhas apontadas submetendo à nova verificação o serviço ou a parte impugnada, observando o prazo de execução dos serviços que não será interrompido.

18.1.10. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, por escrito, comunicado à Fiscalização solicitando a realização de nova vistoria.

18.1.11. Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório, em até 05 (cinco) dias corridos da comunicação da CONTRATADA, para que sejam efetuadas as providências com vistas ao recebimento definitivo.

18.1.12. Se porventura, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

18.1.13. O recebimento provisório somente pode ser formalizado após finalizada o serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório.

18.2. O Recebimento Definitivo do serviço de cada contrato será realizado da seguinte forma:

18.2.1. O Recebimento Definitivo é o que se faz em caráter permanente, considerando o contrato regularmente executado, e somente deve ser efetivado se a CONTRATADA tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

18.2.2. O recebimento se dará no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, com observação do funcionamento/produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada vistoria por intermédio da Fiscalização designado, com vistas à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

18.2.3. A CONTRATADA deverá providenciar a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso e nos termos da legislação municipal:

- a. Os projetos "*As Built*", elaborado pelo responsável por sua execução, em mídia CAD; e
- b. As guias de comprovação de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas, tributários e, em especial, o comprovante de quitação de débitos relativos aos serviços/obra concluídos (INSS e FGTS) dos funcionários vinculados ao serviço.

18.2.4. Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias corridos, contados da vistoria, a fim de efetuarem-se as correções necessárias, caracterizando atraso em caso de não cumprimento.

18.2.5. Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da CONTRATADA, será efetuada vistoria final e após a verificação da perfeita adequação do serviço aos termos do objeto, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias da comunicação da CONTRATADA, bem como o prosseguimento ao pagamento total do serviço.

18.2.6. Independente do recebimento definitivo, deverá a CONTRATADA prestar todo e **qualquer apoio e serviço corretivo, ajustes técnicos e operacionais, bem como as manutenções preventivas, durante 03 (três) anos após o recebimento definitivo de cada contrato**, para que sejam sanados possíveis problemas de instalação, peças danificadas, problemas técnicos de montagem ou quaisquer outros problemas que somente podem ser detectados após a utilização dos equipamentos e estruturas.

19. DA FORMA DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado, de acordo com as medições apuradas pela fiscalização, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados, de acordo com o item 17 deste instrumento.

19.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária creditada em conta corrente, mediante a apresentação da respectiva fatura ou nota fiscal, em até 10 (dez) dias úteis, contados após o atesto da fiscalização.

19.3. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificar a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

19.4. Por ocasião da emissão de nota fiscal/fatura para liquidação, a CONTRATADA deverá discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal, bem como indicar o código do Fundo da Previdência e Assistência Social – FPAS, no caso de recolhimento para o INSS, além de anexar e encaminhar à CONTRATANTE a correspondente documentação comprobatória de cada situação particularizada, inclusive quando se tratar de isenção/imunidade tributária.

19.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

19.5.1. Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.

19.6. O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADA.

19.7. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. Descrição do serviço prestado, com sua quantidade, e valor total, conforme medição;
- b. Número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. Nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. Informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

19.8. Para pagamento cada medição, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos complementares juntamente com a Nota Fiscal ou DANFE:

- a. Folhas do Diário de Obra referente ao período de medição, atestada pela Fiscalização; e
- b. Guias de recolhimento de encargos previdenciários (GRPS, GFIP e ISSQN), com os devidos recolhimentos nas próprias guias.

19.9. Caso haja erro na Nota Fiscal, recusa do serviço ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a referida ficará pendente e o pagamento será sustado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias.

19.10. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

19.11. Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

19.12. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 do item 20.8, além daqueles determinados pela gestão do contrato, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

20.2. Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

- a. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- c. A qualquer tempo, se constatado atraso da obra de até 20% (vinte por cento), comparando-se o que foi efetivamente executado pela CONTRATADA e o cronograma físico financeiro apresentado e aprovado pela fiscalização.

20.3. Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

- a. Nas ocorrências relacionadas na Tabela 2 do item 20.8;
- b. Caso haja a inexecução parcial do objeto, com ou sem abandono da obra ou serviço, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor não executado da etapa;
- c. Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a 0,20% por dia de atraso, limitada a 10% do valor total da etapa.

20.4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto, quando:

- a. A CONTRATADA deixar de executar, ao término do prazo fixado para a conclusão do serviço, 30% do valor total da etapa.

- b. Ocorrer a execução, a qualquer tempo, de percentual inferior a 50% do valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro vigente;
- c. A CONTRATADA abandonar a execução dos serviços, sem justificativa, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos ou 10 (dez) dias úteis intercalados.

20.5. Será configurada a **inexecução total** do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos em relação ao cronograma apresentado pela CONTRATADA.

20.6. Os percentuais referidos no item 20.4 acima serão apurados com base na fórmula abaixo:

$$PE = (VPCE/VPC) \times 100$$

PE = Percentual executado

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

20.7. Será configurado **atraso injustificado** na execução da obra, quando:

- a. A CONTRATADA executar menos de 70% do previsto no cronograma físico-financeiro, no período de cada medição.
- b. A CONTRATADA não concluir a obra no período previsto no cronograma físico-financeiro, exceto quando aprovada a prorrogação de prazo pela Fiscalização, mediante pedido prévio devidamente justificado pela CONTRATADA.

20.7.1 Os dias de atraso injustificado de que trata o item 20.7 serão calculados observando-se o seguinte critério:

$$Da = DPC \times (VPC - VPCE) / VPC$$

Da = dias de atraso

DPC = dias previstos no cronograma para a conclusão

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

20.8. Além das multas previstas no item 20.3 poderão ser aplicadas multas, conforme previsto no *caput* desta cláusula, segundo graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 - Grau e correspondência da Penalidade

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 500,00
2	R\$ 800,00
3	R\$ 1.000,00
4	R\$ 1.500,00
5	R\$ 2.000,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades

INFRAÇÃO		GRAU
ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	1
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência	2
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2

5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência	2
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	3
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	3
9	Utilizar as dependências da Justiça Federal para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	4
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	4
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	6
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	6
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:		
13	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços para início da execução, ou Relação de Empregados, ou a fixação da Placa da Obra; por dia de atraso.	1
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia; por ocorrência.	1
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por ocorrência.	1
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	1
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	2
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	2
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
22	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no Edital e em seus anexos; por dia.	4
23	Cumprir com quaisquer obrigações previstas em cláusulas específicas deste instrumento; por ocorrência.	4
24	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	5
25	Executar os serviços de reparos e ajustes pelo período de até 3 (três) anos, após o recebimento definitivo, no prazo razoável definido pelo gestor do contrato, conforme item 18.2.6 deste instrumento; por ocorrência.	5

20.8.1. As faltas cometidas pelos empregados/funcionários das SUBCONTRATADAS serão consideradas como se cometidas pela CONTRATADA.

20.9. O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, a CONTRATANTE poderá declarar a inexecução total do contrato.

20.10 Com fundamento no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto n. 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da

etapa ou da contratação, conforme o caso, a CONTRATADA que:

- a. Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- b. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- c. Apresentar documentação falsa;
- d. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e. Não manter a proposta;
- f. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo;
- h. Fizer declaração falsa;
- i. Cometer fraude fiscal; ou
- j. Deixar de executar a totalidade do contrato.

20.10.1. Para os fins do disposto na alínea "g", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/93.

20.11. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE no caso de inexecução parcial e poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato e em legislação específica.

20.12. A CONTRATANTE rescindir o contrato unilateralmente no caso de inexecução total, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista neste contrato e em legislação específica.

20.13. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com a União e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

20.14. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

20.14.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, a diferença será descontada da garantia contratual.

20.14.2. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida através da GRU no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da comunicação oficial.

20.14.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa da União.

20.14.4. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

20.15. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

20.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

21.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia, modalidade “Garantia de Obrigações Contratuais do Executor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços – Setor Público”; ou
- c. Fiança bancária.

21.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, devendo o interessado procurar a Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Rondônia para obter instruções de como efetuar-la.

21.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

21.4. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza ao CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos a CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

21.4.1. A retenção efetuada não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a CONTRATADA.

21.4.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.5. A CONTRATADA, quando optar pelo seguro-garantia, a fim de garantir eventuais prejuízos indiretos causados à CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

21.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual de 48 (quarenta e oito) meses.

21.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- d. Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

21.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

21.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

21.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.12. Quanto houver atualização do valor contratado, por meio de reequilíbrios e reajustes, ou acréscimo por meio de aditamento de serviços, a CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do contrato, devendo ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do termo aditivo ou apostilamento.

21.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.14. A garantia será considerada extinta:

- a. com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b. com o término da vigência do contrato que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

22. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

22.1. O valor do contrato, na parcela não executada, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderá ser reajustado por índice oficial de preços.

22.2. O reajuste será concedido com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

22.3. Serão deduzidos o tempo de eventuais atrasos no cronograma físico financeiro motivados pela CONTRATADA.

22.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, obedecendo sempre o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. Não serão reajustados serviços executados fora da previsão para que não seja caracterizado jogo de cronograma.

23. DA GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

23.1. A garantia dos equipamentos, materiais e serviços será de no mínimo 03 (três) anos, a contar de seu recebimento definitivo de cada contrato.

23.2. É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos materiais empregados, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo artigo 69 da Lei n. 8.666/93 e o artigo 12 da Lei n.

8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

24. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADES

24.1. A CONTRATADA deverá observar as disposições da NBR ISO 14064:2007, partes 1, 2 e 3, NBR ISO 14066:2012 e NBR 15833:2010;

24.2. Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente;

24.3. A utilização dos equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento deve atender necessariamente a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994;

24.4. Plano de descarte para óleos oriundos de manutenções preventivas e corretivas atentando para os procedimentos previstos na Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003 e Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005;

24.5. Plano de descarte ou reciclagem de demais restos de materiais oriundos de manutenções preventivas e corretivas, em observância ao decreto nº 5.940/2006 e a da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002, no que couber.

24.6. A CONTRATADA deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho editadas pelo Ministério do Trabalho.

24.7. A CONTRATADA deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

24.8. Não será CONTRATADA empresa inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004.

24.9. Observando as prerrogativas elencadas na Instrução Normativa n.º 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão, a Contratada deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, visando aperfeiçoar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

24.9.1. Orientar seus empregados para realizar os serviços procurando reduzir o consumo de energia elétrica, o consumo de água e a produção de resíduos sólidos;

24.9.2. Observar as orientações do órgão contratante para a correta separação dos resíduos recicláveis;

24.9.3. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

24.9.4. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

24.9.5. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

24.9.6. Observe a Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

24.9.7. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

24.9.8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

24.9.9. Adotar ou desenvolver procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores.

25. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

25.1. A gestão e fiscalização do contrato ficará a cargo do supervisor da Seção de Segurança Vigilância e Transporte - SEVIT/SJRO - com a assistência técnica a cargo da Engenheira Civil contratada, Sra. LAÍS CORRÊA BADRA (CREA n. 7290 D/RO).

Porto Velho, 14 de setembro de 2021.

ALEX CORREA DE LELES
Diretor do NUASG/SJRO

ARILSON DIAS FERREIRA
Supervisor da SEVIT/SJRO

EVERTON GOMES TEIXEIRA
SEVIT/SJRO

HIUNA RAIANE RAMOS ROSA
SELIT/SJRO

LAÍS CORREA BADRA
SREN/SJRO



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Técnico Judiciário**, em 27/10/2021, às 13:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **14318105** e o código CRC **10FF6CFB**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0001449-13.2021.4.01.8012

14318105v1